

ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 09-3-2017.

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, Iyá Vera Soares, Laura Sito, Margarete Moraes, Mauro Pinheiro, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença André Carús, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 288/16 (Processo nº 2821/16), de autoria de Marcelo Sgarbossa; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 008/16 (Processo nº 0130/16), de autoria de Mendes Ribeiro. Após, foi aprovado Requerimento de autoria de Alvoni Medina, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 045/09 (Processo nº 1225/09). A seguir, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Alvoni Medina e José Freitas, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 052/14 (Processo nº 0607/14), e foi aprovado Requerimento de autoria de José Freitas, solicitando dispensa do envio dessa emenda à apreciação de Comissões Permanentes. Ainda, foi apregoado Requerimento de autoria de Adeli Sell, deferido pelo Presidente, solicitando o desarquivamento do Requerimento nº 110/16 (Processo nº 2677/16). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Rodrigo Maroni, Cláudio Janta, Roberto Robaina, Felipe Camozzato, André Carús, Laura Sito, Moisés Maluco do Bem, Cassiá Carpes e Airto Ferronato. Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação Nominal, esteve o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/16 (Processo nº 1929/16), com Veto Parcial, o qual, após ser discutido por Reginaldo Pujol, teve sua discussão suspensa em face da aprovação de Requerimento verbal formulado por Reginaldo Pujol. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 015/16 (Processo nº 2762/16), em sua parte vetada, considerando-se mantido o Veto Parcial oposto, por sete votos SIM e vinte e seis votos NÃO, após ser discutido por Fernanda Melchionna e Sofia Cavedon e encaminhado à votação por Sofia Cavedon, Cassiá Carpes, Idenir Cecchim e Moisés Maluco do Bem, tendo votado Sim Fernanda Melchionna, Iyá Vera Soares, Laura Sito, Margarete Moraes, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e votado Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano

Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. Na ocasião, foi apregoado Requerimento de autoria de Cassio Trogildo, deferido pelo Presidente, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Legislativo nº 242/15 (Processo nº 2452/15). Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 025/11 (Processo nº 0816/11), considerando-se mantido o Veto Total oposto, por oito votos SIM e vinte e sete votos NÃO, após ser discutido por Sofia Cavedon, Moisés Maluco do Bem, Cassiá Carpes, Laura Sito e Margarete Moraes, tendo votado Sim Fernanda Melchionna, Iyá Vera Soares, João Bosco Vaz, Laura Sito, Margarete Moraes, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e votado Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudio Janta, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Após, foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Comandante Nádia e Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 010/14 (Processo nº 0215/14), e foi aprovado Requerimento de autoria de Comandante Nádia, solicitando dispensa do envio dessa emenda à apreciação de Comissões Permanentes. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 027/16 (Processo nº 0347/16), considerando-se mantido o Veto Total oposto, por nove votos SIM e vinte e três votos NÃO, tendo votado Sim André Carús, Fernanda Melchionna, Iyá Vera Soares, Laura Sito, Margarete Moraes, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e votado Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 029/16 (Processo nº 0365/16), considerando-se mantido o Veto Total oposto, por quatro votos SIM, vinte e dois votos NÃO e cinco ABSTENÇÕES, tendo votado Sim Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, votado Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Dr. Thiago, Iyá Vera Soares, Laura Sito, Margarete Moraes e Sofia Cavedon. Após, foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Sofia Cavedon e Cláudio Janta, solicitando alterações na ordem de apreciação da

matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 207/11 (Processo nº 3789/11), considerando-se mantido o Veto Total oposto, por quatorze votos SIM e vinte votos NÃO, após ser discutido por Sofia Cavedon, Margarete Moraes, Valter Nagelstein e Dr. Thiago, tendo votado Sim Airto Ferronato, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Iyá Vera Soares, João Bosco Vaz, Laura Sito, Margarete Moraes, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e votado Não Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert e Valter Nagelstein. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Sofia Cavedon, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 231/16, discutido por Reginaldo Pujol; em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 015/17, discutido por Márcio Bins Ely e Reginaldo Pujol, e 040/17, este discutido por Reginaldo Pujol. Também, foi registrada a presença de Nelson Fick, vereador da Câmara Municipal de Cachoeirinha – RS. Às dezesseis horas e quarenta e sete minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Alvoní Medina, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 045/09. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Alvoní Medina, ao PLL nº 052/14.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 052/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell, solicitando desarquivamento do Requerimento nº 110/16.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; estávamos nos organizando, pois a bancada de oposição está muito preocupada com este tema dos carrinheiros, com o seu direito à continuidade do trabalho, trabalho este que construiu a vida das suas famílias. Tive uma boa notícia.

Espero que o Ver. Cláudio Janta, Líder do Governo, possa vir aqui fazer a fala oficial do Governo.

O Ver. Cassio Trogildo, Presidente da Casa, já nos informou sobre a tramitação do projeto do Ver. Marcelo, que foi apregoado neste momento. Precisamos fazer um processo acelerado de votação, mas não poderá ser hoje ou na segunda-feira. Na verdade, temos que tratar na política, no diálogo, para garantir a continuidade do trabalho, até construir, de forma dialogada, uma alternativa. Nós temos confiança em que isso vai acontecer.

Ainda estão vindo para cá os carrinheiros, ainda tem uma galera para chegar neste plenário, nesta tarde. Até por isso, nós estamos começando com a Liderança de oposição para dar este tempo, para poder ter este diálogo com vocês. Tenho certeza de que vamos encontrar uma solução, porque esta Casa tem se caracterizado por isso. Estou apostando muito mais ainda nesta gestão e neste caráter, Vereadores e Vereadoras, no caráter de ouvidoria, de mediação. A escuta que fizemos aqui do Secretário Adriano ainda não resultou em efeitos, mas nós temos muita aposta no diálogo que o Legislativo pode conduzir em relação ao Executivo Municipal.

A Ver.^a Margarete, a Ver.^a Laura, a Ver.^a Fernanda e o Ver. Prof. Alex, nós, da oposição, estamos acompanhando, neste momento, a assembleia dos municipais – eu estava lá. A categoria da educação está pedindo diálogo. Hoje pela manhã, eu soube pelo rádio que os pais, as famílias, as escolas do Partenon estavam se manifestando na Bento, no viaduto São Jorge, porque não é só uma questão dos professores; os conselhos escolares estão extremamente preocupados com a segurança dos meninos, das meninas, dos adolescentes, entre 7h e 7h30min, na escola, porque a Secretaria tem a convicção de que devem estar sozinhos fazendo lanche.

Nós vivemos a trágica morte de uma estudante na cidade de Cachoeirinha. Veja, que, estando em sala de aula, Ver. Dr. Goulart, por um acidente, por empurra-empurra, veio a falecer. Imaginem, isso estando em sala de aula com um professor. Vocês imaginem 300, 400, 600 alunos sozinhos, coordenados apenas pela Direção da escola, o que poderá acontecer! E os pais estão contra. Os pais não têm como deixar os filhos às 7h30min e irem para o trabalho com tranquilidade.

Então, a nossa posição de oposição é muito firme no sentido de que se dialogue. E eu estou muito feliz que a CECE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte –, Ver. Tarciso Flecha Negra, decidiu nesta terça, entrou em contato com o Secretário Adriano e marcou uma agenda para terça-feira que vem com o Secretário de Educação. Ver. Alvoni, todos nós, suprapartidariamente, iremos lá na terça-feira pedir diálogo, fazer continuar essa interlocução. Acho que este é o nosso papel. Não é possível um Governo novo chegar e achar que está começando a história; é preciso conhecer essa história, é preciso dialogar com essa história e aí fazer mudanças, convencendo, propondo, seguro do que encontrou lá nas nossas escolas municipais.

Neste último minuto, quero fazer o registro da importância do acolhimento, da representação do tema da passagem. Nós levamos, enquanto oposição - Ver.^a Fernanda Melchionna, Ver. Prof. Alex Fraga, Ver. Roberto Robaina, Ver. Marcelo Sgarbossa e Ver. Aldacir Oliboni – e construímos uma representação porque vários

itens da passagem não estão claros para nós, não estão bem controlados. Aquela experiência de abrir os valores a passagem só fazia com que retirasse direitos ou retirasse reajuste, ou não mexia no lucro, não abria e discutia os dados do transporte. O Procurador Geraldo da Camino acolheu, solicitou ao Tribunal de Contas, que vai fazer uma inspeção, de forma muito rápida. Queremos afirmar para os senhores e as senhoras nesta Câmara que a intenção é, sim, dar instrumentos à Prefeitura para garantir a qualidade - que é a fala do Prefeito – e uma tarifa módica, uma tarifa suportável. Esperamos que o Tribunal de Contas analise com profundidade.

Hoje de tarde a nossa Bancada vai conversar com os senhores e as senhoras sobre o Veto à Emenda 04 - emenda que nós aprovamos nesta Casa no ano passado, que traz as contas públicas, traz para uma conta pública todo o recurso do sistema. Essa emenda é fundamental para essa transparência, para esse controle público sobre os lucros e para que a gente possa reinvestir no sistema e não deixar na mão da iniciativa privada os lucros das empresas. Por uma passagem mais tolerável...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registramos a presença do Ver. Nelson Fick, de Cachoeirinha, ciceroneado pelo Ver. Dr. Goulart. Seja muito bem-vindo à Câmara de Porto Alegre. O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, colegas da Câmara Municipal, público que nos ouve das galerias, público que nos assiste pela TVCâmara. Está entrando o pessoal do movimento dos carrinheiros. Almocei com algumas lideranças - conversamos de forma muito generosa com as mais diversas opiniões. Eu queria dizer que eu tenho um respeito enorme por vocês. Imagino e conheço, estava comentando aqui sobre diversos locais de reciclagem de Porto Alegre, onde, inclusive, os animais... Sr. Presidente, solicito uma pausa no meu tempo para entrada do movimento dos carrinheiros. (Pausa.)

(Entrada no plenário dos representantes dos papeleiros e carrinheiros.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Nossos visitantes são muito bem-vindos, tomem seus lugares nas galerias. Vou solicitar que o Ver. Rodrigo Maroni dê continuidade ao seu pronunciamento.

O SR. RODRIGO MARONI: Eu queria fazer uma saudação aos carrinheiros e ao pessoal que trabalha no serviço de reciclagem. Como falava, no almoço, com algumas lideranças e amigos pessoais que, inclusive, trabalham e lideram o movimento de vocês, tenho o maior respeito e admiração. Vocês têm um Vereador

parceiro para lutar por política pública e dignidade. Sei que, em muitos locais de reciclagem, há inclusive protetores de animais que, em meio à reciclagem de lixo, alimentam, cuidam de animais. Eu, inclusive, muitas vezes, atendi animais de locais de reciclagem. A grande polêmica, sobre a qual comentava sobre isso no horário de almoço, é com relação à questão dos animais de grande porte e a utilização dos mesmos. Não tenho como esconder que, na minha opinião, é uma grande vitória para a Cidade. Explico e quero, inclusive, contar com o apoio de vocês. Acho que tem de haver emprego, acho que tem de haver dignidade, acho que tem de haver, por parte do Executivo, um planejamento para que essas pessoas sejam inseridas no mercado de trabalho, mas não há como não defender o fim das carroças, o fim da exploração de animais de grande porte, porque eles não têm como escolher, eles não têm opção. Eu, muitas vezes, estive ajudando o pessoal da reciclagem na defesa de animais e até vi animais de grande porte em péssimo estado, inclusive nutricional. E eu dizia hoje, no almoço, que, mesmo que tivesse assistência veterinária... O que falta hoje de política pública para os animais! Falta mais política pública para os animais, do que para qualquer outro setor da sociedade. Mas, mesmo que tivesse veterinário, mesmo que tivesse – e eu falava com um colega sobre isso – toda a assistência nutricional, a defesa dos animais, na minha concepção, é anterior a isso, porque os animais, por não poderem optar, não podem ser explorados, como muitas madeiras fazem, de colocar uma casa em cima de um animal. Então vocês vão ter meu apoio incondicional pela luta por política pública, por trabalho e por dignidade - isso vocês podem ter certeza. (Palmas.) Vão ter! Vou ser um Vereador parceiro. Falava com meu amigo, no horário do almoço: serei parceiro para cobrar isso do Executivo, mas quero vocês comemorando também o fim da exploração animal. Dignidade para as pessoas e dignidade para os animais, isso é fundamental. É isso que quem defende a natureza tem que defender.

Quero falar aqui, no meu último minuto, que no domingo passado tive uma noite especial, e pensei que entraria a semana de forma tranquila, mas um fato que aconteceu durante a semana... Quero aqui, perante os colegas, dizer que não achei que de um domingo tão especial eu entraria numa segunda tão difícil. Quero dizer aos colegas que não me manifestei publicamente sobre o fato que aconteceu durante essa semana relacionado a mim, não por constrangimento, não por vergonha; pelo contrário, quero dizer que vou me manifestar na semana que vem justamente porque tenho consciência plena de tudo o que aconteceu, tenho consciência plena de tudo o que aconteceu no ano passado, tenho consciência plena, mas quero aguardar oficialmente para dar uma resposta à altura de tudo o que aconteceu nesta semana com relação a mim e ao meu trabalho com os animais. Na semana que vem quero fazer uma resposta pública, em nome da Câmara Municipal, dos colegas, dos animais, justamente para dar uma resposta concreta e efetiva, no tom em que fui agredido nesta semana; por isso peço a paciência dos que estão ouvindo, pois na segunda-feira farei uma manifestação pública. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, trabalhadores com reciclagem na nossa Cidade de Porto Alegre, venho aqui dizer para as senhoras e senhores que nenhum carrinho será tirado das mãos das senhoras e dos senhores, nenhum carrinho será tirado pela EPTC ou pela Brigada Militar. Nós conversamos com o Prefeito, conversamos com o Governo. E o Governo garantiu que enquanto não se construir o que o ele almeja para os trabalhadores com reciclagem em Porto Alegre, nenhum carinho será retirado pela EPTC, pela Polícia, nenhum carrinho será apreendido na cidade de Porto Alegre. Nós vamos construir essas alternativas. O que não foi construído até agora, nós vamos tentar construir junto com os senhores e as senhoras; vamos tentar construir formas de alternativas para garantir esse emprego digno, esse emprego que ajuda o meio ambiente, um emprego social, um emprego ecológico, um emprego que leva dignidade a muitas famílias. Agora, eu tenho que falar algumas coisas que ficaram no ar. Quem chegou mais cedo aqui viu que acabou de ser apregoado um projeto que prevê a ampliação da lei. Este projeto foi protocolado aqui na Câmara no dia 30 de dezembro, no final do ano; foi desarquivado agora em fevereiro e foi apregoado somente no dia de hoje. Então, ele todos os trâmites aqui na Casa, e vai para a Procuradoria, depois vai para CCJ, depois podemos fazer uma Reunião Conjunta das Comissões, senão ele vai para as Comissões, sendo que só foi apregoado agora. É de conhecimento de todos os Líderes que hoje não teríamos Reunião de Mesa e Liderança. Foi feito um acordo para que, enquanto nós tivéssemos os Vetos trancando a Pauta - nós temos mais de 15 vetos, ainda temos 12 vetos a serem discutidos aqui nesta Casa - não teríamos Reunião de Mesa e Liderança nas quintas-feiras. Então, hoje de manhã, nenhum Líder não quis atender as senhoras e os senhores, é porque não tínhamos reunião de Líderes, já agendado há duas semanas, que nós estamos discutindo os vetos, vetos importantes para a Cidade, vetos importantes para os Vereadores que fizeram os projetos. Então, nós estamos discutindo esses vetos e hoje, logo depois que terminar esta parte da Sessão, voltaremos a discutir os vetos. Então, eu quero dizer para vocês, em nome do Governo Municipal, reafirmar para vocês, que nenhum carrinho será apreendido pela EPTC, não terá ordem do Governo Municipal, nenhum carrinho vai apreendido pela Brigada Militar. Nosso Secretário de Governança, o ex-Vereador Kevin Krieger, juntamente com o Secretário Adjunto, já os recebeu e seguirá negociando e recebendo as senhoras e os senhores para nós construirmos uma alternativa. Não parece utopia nossa querer fazer o que não feito até agora, mas temos chances reais de construir alternativas para que essa função, essa profissão que as senhoras e os senhores exercem seja feita na cidade de Porto Alegre com dignidade e com muito respeito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Peço um minutinho de atenção das senhoras e dos senhores que nos acompanham nas galerias. Como disse, no início da Sessão, são todos muito bem-vindos. Os Vereadores estão aqui os recebendo. Gostaria de fazer uma combinação que sempre faço quando temos pessoas nos visitando, que, quando um Vereador estiver na tribuna, por favor, possamos esperar até o final da manifestação do Vereador, e após eu sempre abro um período para as manifestações que quem nos visita tiver o interesse de fazer - manifestações logicamente das galerias. Então, nós temos nova inscrição em Liderança. Gostaria de esclarecer, mais uma vez, o que o Ver. Cláudio Janta acabou de dizer sobre a reunião de líderes. A última reunião de líderes foi há duas semanas. Como naquele momento tínhamos 15 vetos para serem apreciados, e veto tranca a pauta, nada pode ser tratado enquanto não vencermos os vetos, nós decidimos que só faríamos reunião de líderes, quando terminássemos a apreciação dos vetos. Então nesta semana não tivemos reunião de líderes, foi enviado *e-mail* reforçando para todos os Líderes da Casa que decidiram e sabiam dessa determinação: que não teríamos reunião de Líderes nesta manhã, como não teremos na semana que vem, a menos que o colégio de Líderes entenda necessário que se faça. É importante fazer esse esclarecimento.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, boa tarde ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; quero saudar, em nome do Alex Cardoso, todos os camaradas que estão aqui conosco; quero saudar, em nome do Douglas Filgueiras, a Associação do Voluntariado e da Solidariedade; saudar também a Fundação Luterana e o Padre Rudimar.

Nós estamos em um momento muito especial. Essa mobilização que ocorre hoje é extremamente importante, porque é a demonstração de que o povo mobilizado é o único caminho para garantir a manutenção dos seus direitos. Se o Movimento Nacional dos Catadores não se fizer presente nos órgãos públicos e nas ruas de Porto Alegre, certamente, o dia de hoje seria uma derrota do movimento dos catadores. A garantia da vitória dos direitos dos trabalhadores é a mobilização de vocês. E vocês estão realizando uma mobilização por um direito básico: direito à sobrevivência. É disso que se trata. Qualquer tentativa... Fico feliz que o Ver. Janta, em nome do Governo, diga que não vai haver nenhuma repressão, porque só o que falta é que a população pobre de Porto Alegre, além de desassistida, seja reprimida por tentar garantir no dia a dia uma dura sobrevivência. Então, é uma vitória óbvia que não tenha repressão, mas é necessário mais do que isso; o Ver. Sgarbossa apresentou um projeto para prorrogar por cinco anos - isso é o mínimo, a prorrogação por cinco anos. Na verdade, o que está posto, como necessidade, é haver um projeto de inclusão de todos aqueles que trabalham com os resíduos, para que os trabalhadores que estão envolvidos nesse trabalho tenham, de fato, um papel público garantido, num projeto que garanta a inclusão, que garanta a seletividade, que garanta que a coleta seletiva seja feita e organizada pelos próprios trabalhadores, sob o controle dos trabalhadores. É muito

melhor do que ficar envolvido com essas terceirizadas do lixo, onde a falcatura e a corrupção são generalizadas. A garantia de que nós não tenhamos esquemas de corrupção na coleta seletiva do lixo é que essa coleta seletiva seja controlada pelas associações, que as entidades dos catadores tenha efetivo poder no controle e no gerenciamento dessa coleta. Esse é o desafio que está posto. Esse é o projeto de inclusão. Portanto, o projeto do Ver. Sgarbossa de prorrogar por cinco anos é uma vitória; aprovar esse projeto é muito importante, mas mais do que aprovar esse projeto é preciso ter uma política que incorpore os trabalhadores catadores nesse processo de controle da coleta do lixo em Porto Alegre. Os catadores podem fazer isso, têm competência para isso. E essa mobilização que estão fazendo hoje é a maior demonstração dessa competência. O esforço que cada trabalhador faz para garantir o trabalho de todos vocês em Porto Alegre, enfrentando preconceito, enfrentando setores que não compreendem que vocês estão garantindo a sobrevivência de vocês e que não compreendem que o trabalho de vocês pode ter uma imensa utilidade pública se os governantes souberem aproveitar a organização da qual vocês já demonstraram várias vezes que são capazes. Eu, como morador que sou da Ilha da Pintada, tenho um enorme orgulho de saber que na região das ilhas têm trabalhadores heroicos que garantem a sua sobrevivência de sol a chuva e que podem, sim, cumprir um papel muito útil para a Prefeitura de Porto Alegre. Parabéns pela mobilização de vocês.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Obrigado Presidente, boa tarde caros colegas Vereadores e Vereadoras, caros amigos que estão compondo as galerias, estive mais cedo, junto com alguns representantes desse movimento, conversei com o Ver. Sgarbossa também a respeito do seu projeto de lei, acredito que o tema é muito interessante, é um tema que deve ser tratado, sim, com a maior importância por esta Casa porque diz respeito a um trabalho importante que é desenvolvido na Cidade. Eu comecei a acompanhar o assunto de modo a tentar ajudar a resolver a questão, conversei com o Sgarbossa de modo a tentar ver como a gente poderia fazer isso avançar. Ele me mostrou alguns caminhos. Conversei com outros Vereadores, conversei com o Ver. Janta, conversei com o Ver. Moisés Maluco do Bem, que é do PSDB, partido do Marchezan. Eles me falaram sobre essa posição do Governo em não perseguir nenhum carrineiro, nenhum carroceiro, o que já é um avanço, mas me espantou, por outro lado, que o projeto de lei que o Sgarbossa estava encampando, que tramitou na Comissão referente ao assunto, já há algumas semanas, foi protocolado somente hoje. Ele poderia ter sido protocolado há algumas semanas quando foi discutido na Comissão, na qual vários de vocês estiveram presentes. Foi acordado, entre os Vereadores, que ele seria protocolado e priorizado naquela ocasião. Na reunião de liderança, da qual fiz parte, ele não foi tratado como havia sido prometido. Então, por um lado, o assunto é importante,

mas, por outro, também é importante que a gente respeite os tramites da Casa. Agora estamos tentando achar soluções porque o que interessa é o resultado. Então, num primeiro momento, saúdo o Ver. Cláudio Janta, que, em nome da Liderança do Governo, faz essa boa articulação de não perseguir nenhum catador neste primeiro momento, saúdo também a disposição de dialogar e construir uma solução, dado que o tramite legislativo, o qual deveria ter sido realizado, não foi como deveria e poderia ter sido feito com maior antecedência, em vez de esperar até hoje, um dia antes do prazo final, para tentar ser resolvido. Então, apoio a iniciativa e estou à disposição para ajudar a dirimir essa questão junto com o Governo, com os demais Vereadores e com os grupos aqui presentes. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicação de Líder.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, é importante uma mobilização como esta porque acende o compromisso social que não só a Câmara, como todos os autores e autoridades públicas têm com uma cidade mais justa, sustentável e inclusiva. Essa mobilização não existe apenas em função do projeto, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, recentemente protocolado e apregoadado pela Mesa. Ela vem ocorrendo e tem se organizado, cada vez mais, desde 2008, quando se aprovou a lei que trouxe para o ambiente urbano a restrição à circulação de carroças e carrinhos. Então, essa não é uma mobilização de um Vereador, de um partido ou de uma organização; é uma mobilização de um conjunto de pessoas, cidadãos e cidadãs que têm, na reciclagem, a capacidade de sustentar a sua família, seu dia a dia, e têm nela a sua remuneração. Então, eu cumprimento o Governo por ter sinalizado a perspectiva, Ver. Janta, Líder do Governo; Ver. Moisés, que é o Vice-Líder, de adotar o poder discricionário. O Poder Executivo tem o poder vinculado, que olha a letra fria da lei, e tem o poder discricionário, isso o direito administrativo nos ensina. Que bom que teve sensibilidade social para garantir que nem a EPTC, tampouco a Brigada Militar, vai recolher os carrinhos nos próximos dias.

Mas nós temos, paralelo a essa luta, também que cobrar – discutimos esse assunto na última terça-feira aqui, na reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – que o Fundo Municipal de Incentivo à Reciclagem e Inclusão Produtiva, aprovado por esta Casa em dezembro do ano passado e já regulamentado por decreto, seja efetivamente colocado em prática pelo Poder Executivo. Na reunião da comissão, Ver. Moisés, nós tivemos do representante da Secretaria Municipal da Fazenda a garantia de que recursos que, inclusive, já deveriam estar compondo o Fundo, ajustadas algumas questões burocráticas, vão estar lá. Uma boa parte desses recursos é de uma lei que também nós aprovamos aqui em 2013 e que foi sancionada no mês seguinte, já em 2014, que é o novo Código de Limpeza Urbana: um percentual do recurso arrecadado com as multas é destinado para a qualificação da reciclagem em Porto Alegre e para

projetos de educação socioambiental. Então, já tem um bom recurso aí, só em função daquilo que é decorrente das multas aplicadas pelo Código de Limpeza Urbana e que vão compor o Fundo.

Eu também quero deixar claro que sou totalmente favorável ao mérito do projeto do Ver. Sgarbossa, mas acho que nós temos que encontrar um meio-termo. Falava isso para o seu Antônio, carboneiro que é da Arevipa, que falava com cada um dos Vereadores. Nós temos que achar um tempo racional e que estabeleça metas, para que aqueles que estão aqui reivindicando o seu trabalho, o sustento das suas famílias possam ter metas do Poder Executivo para serem incluídos em atividades formais da reciclagem. A coleta solidária é um desafio, o Ver. Robaina falou aqui... Ele saiu, gostaria de responder a ele a respeito disso. A Coleta Coletiva Solidária é um desafio, e Porto Alegre pode servir de modelo para o País como um projeto-piloto que possa avançar para toda cidade. Quero resgatar que o nosso Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, que publicamos no final de 2013, quando gestor do DMLU, que é uma exigência da Política Nacional de Resíduos Sólidos, uma lei federal publicada em 2010, prevê a realização de um projeto-piloto da Coleta Coletiva Solidária. Talvez nós possamos avançar, e tenho certeza de que o Governo será também sensível a isso. Por que não nas metas que serão estabelecidas para a inclusão dessas pessoas, para a prorrogação do prazo, a proibição da circulação dos carrinheiros, nós também não possamos escolher uma região ou um bairro da Cidade para que se experimente a coleta solidária executada diretamente pelos catadores? Eu não tenho dúvida: cidade sustentável não se faz só com a decisão dos governantes, tem que ser com soluções construídas com a sociedade e principalmente com aqueles que vivem dia a dia, sol a sol o trabalho da reciclagem em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. LAURA SITO: Boa tarde, colegas Vereadores, colegas Vereadoras. Queria dizer aqui da importância da mobilização dos trabalhadores com reciclagem neste plenário. Só a mobilização dos trabalhadores é que tem condição de enfrentar essa Prefeitura que acha que é favor não agir com violência para completar o prazo da retirada das carroças e dos carrinhos de reciclagem. Nós, Partido dos Trabalhadores, temos a compreensão da importância que esses trabalhadores e essas trabalhadoras têm para a nossa Cidade. O projeto que o nosso Vereador, o qual eu tenho a honra de estar substituindo, Marcelo Sgarbossa apresenta para esta Casa, de prorrogação do prazo de cinco anos, dialoga com a falta de alternativa que a Prefeitura até hoje não apresentou, compreendendo que nós defendemos um modelo de Cidade que garanta a dignidade humana dos seus trabalhadores e trabalhadoras. E quando a Prefeitura simplesmente coloca o prazo para retirada dos carrinhos e carroças das ruas

ela não garante essa dignidade. Nós defendemos um processo de implantação de um sistema solidário de reciclagem, uma alternativa que a Prefeitura não apresenta, inclusive os catadores e o Ministério Público já apresentaram um projeto que não teve uma resposta da Prefeitura Municipal.

Nós queremos saber também daqueles R\$ 22 bilhões do BNDES que foram dados para que construíssemos uma alternativa nesse processo, e nós não vimos o que foi feito, que a alternativa que a Prefeitura construiu com esse valor. Nós acreditamos que é, sim, possível construir uma alternativa, que é, sim, possível garantir condições dignas de trabalho, com qualidade e com condição de sustento para essa parcela da população. Nós temos Municípios, como Novo Hamburgo e Gravataí, que apresentam sistemas como esse que funcionam e que geram mais de mil reais de renda mensal para essas famílias de catadores e catadoras. Então, o que está em jogo aqui é qual a visão de cidade de se tem, se é uma visão que garanta dignidade para os trabalhadores e trabalhadoras ou uma visão higienista da nossa Cidade. Então, eu quero aqui dizer que a Bancada do Partido dos Trabalhadores está junto com os trabalhadores com reciclagem para pressionar o Prefeito Marchezan para que, como disse o Ver. Cláudio Janta, se comprometa em não ter uma ação violenta para cima dos recicladores, e, sim, garanta uma alternativa de trabalho digno.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde a todos, aos trabalhadores com reciclagem presentes aqui na Casa, mulheres e homens que fazem este trabalho importante na nossa Cidade. Queria pedir licença aos nobres colegas para inverter o protocolo e saudar aqui o Sr. Antonio que esteve aqui em nome da Vila dos Papeleiros conversando conosco antes de iniciar a Sessão, e também o Rui, da Vila dos Herdeiros, que é um militante antigo. Hoje é um dia muito feliz para nós todos. Vejo que é uma pauta que não tem oposição, é uma pauta de consenso de todos. Fico muito feliz porque, na realidade, nesta Casa a gente tem uma mania muito ruim: a gente enche a Casa só quando há um conflito, o que não é o caso hoje, pois há uma convergência no assunto, como diz o Líder do Governo, Ver. Cláudio Janta. Estivemos ontem na Prefeitura, e, quando o Procurador-Geral do Município alertou sobre a data para vigência da lei, que é amanhã, ouvimos pessoalmente do Prefeito Nelson Marchezan que, na realidade, a data da lei realmente é amanhã, mas que, em hipótese alguma, haverá, de uma maneira coercitiva, abordagem e retirada de carrinho por um motivo simples: porque o programa social para resolver a inclusão e melhorar as condições de vida e de trabalho das senhoras e dos senhores, não contemplou a maioria dos senhores e das senhoras. Então, haverá uma abordagem para que continuemos conhecendo...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: ...Na realidade, eu faço aqui, no término da minha participação, um apelo aos Líderes, às senhoras e aos senhores: nós, que estamos há 60 dias nesta nova Administração, precisamos, sim, compreender melhor, entender a questão. E peço que vocês também nos tragam soluções para que possamos ser parceiros, independentemente de questões políticas-partidárias, questões de pessoas que, às vezes, colocam interesses que não a vida dos senhores, das senhoras e a qualidade da vida de vocês em primeiro lugar. Peço que vocês também nos tragam sugestões para que possamos ser parceiros na melhor condição para que vocês possam desempenhar o importantíssimo trabalho que vocês fazem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, quero saudar a todos vocês que vêm a esta Câmara hoje. Peço um pouquinho de atenção. Vou aguardar, Presidente.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CASSIÁ CARPES: Gente, eu pediria um pouquinho da atenção de vocês, por gentileza. Vocês são muito bem-vindos na Casa do povo, a Casa de vocês. Permitam que eu faça algumas análises em relação a esse tema, que já foi discutido na nossa Comissão. Peço à imprensa que tenha um pouquinho de paciência também para que possamos dialogar. Já, há duas semanas, na CEDECONDH, Comissão da qual faço parte, juntamente com outros Vereadores, chegamos ao denominador de que devemos compartilhar com vocês, lutar por vocês, como estamos sentindo aqui. Vocês devem ter notado que nenhum Vereador aqui se contrapôs a vocês; ao contrário, todos têm a mesma ideia de que vocês fazem um trabalho honesto, com muita dedicação, um trabalho difícil e que naturalmente terá o apoio desta Casa, mas há necessidade de que a gente toque em alguns pontos que, às vezes, não é do agrado das pessoas. Muito cuidado com aqueles que, há muito tempo, estão no ouvido de vocês dizendo que vão resolver o problema e até hoje não resolveram. Disseram aqui anteriormente que havia R\$ 22 milhões que não foram usados. Então me digam quem não usou, porque estou chegando na Casa este ano, e o Governo está começando agora. Então, os outros governos não usaram esse valor oriundo do BNDS. E, por sinal, o BNDS dá muito dinheiro para os grandes e muito pouco para os pequenos. Muito pouco para vocês! O BNDS dá dinheiro para Cuba, para Venezuela, para o Panamá e dá muito pouco para vocês! O BNDS é um fomentador de corrupção! Em seguida virá a CPI do BNDS. Vocês verão a quantidade de dinheiro que o Governo Federal roubou do povo brasileiro. Quero dizer mais: há Vereador aqui que diz que mora na Ilha. Deve morar junto com

vocês lá! Mora com vocês? Vocês conhecem a casa dele lá? A casa deve ser igual a de vocês.

Então, muito cuidado com essa demagogia. Parece que a casa é igual à de vocês, na Ilha. Não é! Muito cuidado com a demagogia. Nós estamos aqui para liquidar com essas demagogias: dá ou não dá. Vocês querem que dê, e a Câmara de Vereadores vai fazer força para ajudar vocês como todos os Líderes comunicaram aqui. Muito cuidado com a bajulação, com a mentira, com a demagogia. Há partidos que sempre fizeram isso. A população cansou, como vocês estão cansados. Toda a Casa estará ao lado de vocês. Um abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde, quero dizer que estou falando em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista, companheiro de partido, para dizer que nós estamos acompanhando esse assunto de longa data. Temos procurado sempre, ou na maioria das vezes, estarmos presente nos eventos, nas reuniões que têm acontecido aqui na Casa. Sei que, bem antes, em 2015, nós já tivemos reuniões aqui no Plenarinho, que ficou lotado, onde muitos de vocês estiveram juntos nessa luta, na busca de uma conquista que é fundamental para vocês: a preservação das atividades e a não proibição do carrinho. E eu disse, há muito tempo, quando se proibiu a atividade, lá na época, com a promessa de utilização do velho carrinho elétrico no lugar dos carrinhos, que seria financiado pelo BNDES, mas até agora nada se conquistou.

Portanto, sabemos, sim, que estamos muito envolvidos nesse tema, que todos nós estamos ao lado de vocês, mas nós precisamos saber, sim, que a luta, a mobilização, o esforço continuado sempre foi capitaneado por vocês, por suas lideranças, que trouxeram o assunto aqui na Câmara, e que bom que estamos avançando. Contem conosco nessa caminhada. Obrigado, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h15min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1929/16 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 007/16, que altera os limites das Macrozonas (MZ) 05 e 08, altera os limites da Subunidade 09 da Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 22 da MZ 05 e da Subunidade 01 da UEU 38 da MZ 08, cria e institui como Área Especial de Interesse Social II (AEIS II) a Subunidade 03 da UEU 22 da MZ 05, cria a Subunidade 04 da UEU 22 da MZ 05 com o mesmo regime da Subunidade 09 da UEU 22 da MZ 05 e define o regime urbanístico para a AEIS II criada.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Mauro Zacher: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **COSMAM**. Relator Ver. José Freitas: pela manutenção do Veto Parcial.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigésimo dia: 02-03-17 (quinta-feira).

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLCE nº 007/16, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir PLCE nº 007/16, com Veto Parcial.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, propriamente eu não vou discutir a matéria. Eu fui procurado ontem pelo Ver. Cláudio Janta, Líder do Governo aqui na Casa, que solicitou que eu me manifestasse a respeito da conveniência de ser adiada a votação desta matéria por uma semana, de vez que o Governo, através especialmente da Procuradoria Jurídica, alertado sobre determinadas características do veto, mostrava-se aberto para uma discussão no sentido até mesmo de uma revisão dessa posição. Por isso, Ver.^a Sofia, deixo de dar os esclarecimentos que V. Exa. havia me solicitado no dia de hoje, porque, em nome do Ver. Janta, se precisar, eu firmo o requerimento de pedido o adiamento por uma semana, para a matéria seja votada na próxima quinta-feira, sendo a primeira da lista, evidentemente, nessas circunstâncias, Ver.^a Mônica.

Eu quero deixar muito claro que isso se caracteriza uma posição nossa, nós somos independentes aqui na Casa, não queremos confronto nem com o Governo, nem com oposição, já que é uma matéria do maior interesse do Departamento Municipal de

Habitação, da própria habitação popular. Somos extremamente beneficiados pelas circunstâncias de ter mais uma semana para podermos dialogar com todas as correntes de opinião na Casa, desde o Partido Trabalhista Brasileiro, onde está o Dr. Goulart, que é um dos iniciadores desse processo, no seu tempo de Diretor-Geral do DEMHAB, passando, enfim, por todos aqueles que têm conhecimento de que em circunstância esse projeto foi montado e por que razão ele foi por nós emendado.

Por isso, Sr. Presidente, eu encaminho o requerimento do adiamento para a próxima quinta-feira.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Do ponto de vista da tramitação, não será adiamento; nós recolocaremos o projeto em discussão na próxima quinta-feira.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando a transferência da discussão do PLCE nº 007/16, com Veto Parcial, por duas Sessões. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2762/16 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 015/16, que altera o § 2º do art. 71 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina os tributos de competência do Município –, estendendo a vigência da isenção para o serviço público de transporte coletivo por ônibus.

Pareceres:

- da **CCJ.** Relator Ver. Luciano Marcantônio: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CEFOR.** Relator Ver. Airto Ferronato: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CEDECONDH.** Relator Ver. Prof. Alex Fraga: pela rejeição do Veto Parcial.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigesimo dia: 02-03-17 (quinta-feira).

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLCE nº 015/16, com Veto Parcial. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 015/16, com Veto Parcial.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e todas, queria especialmente registrar como a Câmara está bonita no dia de hoje, recebendo as nossas catadoras e os nossos catadores, os movimentos, MNRC, MNPR, Avesol e outras entidades importantes da nossa Cidade.

Eu me inscrevi – já passou o momento das Lideranças – para discutir um veto que trata da questão do transporte coletivo. Este veto foi em um projeto que deu isenção de impostos para as empresas de ônibus. Veio uma emenda que criava critérios de transparência e de compensação do dinheiro com que as empresas ficam.

O que acontece? Agora, de novo, estão querendo aumentar a tarifa de ônibus na cidade de Porto Alegre. Ao mesmo tempo em que os empresários têm uma isenção tributária milionária de R\$ 18 milhões, a Prefeitura estava encaminhando uma planilha para aumentar a tarifa de ônibus para a nossa população, que, vocês sabem melhor do que eu, já sofre para poder andar de ônibus.

Nós, da oposição, fizemos uma denúncia no Ministério Público de Contas, levando a questão dessa isenção milionária, que tinha que segurar as tarifas de ônibus mais baixas, levando os valores dos combustíveis, e levando uma série de coisas que impactam na tarifa e que estão, na nossa opinião, superfaturadas, pedindo ao Tribunal de Contas que fizesse uma auditoria. O Tribunal de Contas aceitou o pedido da oposição, que é composta pelo PSOL e pelo PT aqui na Câmara de Vereadores, e, por enquanto, a planilha está congelada para que o Tribunal de Contas se manifeste.

Então, eu quero, por um lado, saudar a decisão do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público de Contas e dizer que foram muito importantes estas denúncias e a mobilização para que a gente criasse este canal de investigação, para que os recursos do nosso povo não sejam usados para lucros indevidos dessa verdadeira máfia dos transportes que opera na cidade de Porto Alegre.

Esta mesma luta que fizemos no transporte também temos que fazer na questão da lei que proíbe a atividade de vocês, da lei dos carrinhos ou lei das carroças. Vocês sabem que em 10 de março se extingue o prazo que foi votado pela Câmara de Vereadores.

No período anterior, nos tempos de Lideranças, vários Líderes de partidos usaram esta tribuna para falar da questão da reciclagem e da questão do direito ao trabalho. O Brasil vive uma crise econômica brutal, com 12 milhões de desempregados, e a receita dos governos tem sido atacar ainda mais os trabalhadores, em vez de gerar emprego, em vez de gerar renda e em vez de investir nas áreas essenciais. Este apoio que foi dado na tribuna é importante que se materialize na tramitação e, sobretudo, nas garantias de que o trabalho de vocês siga sendo não só respeitado, não só garantido, mas reconhecido, porque os recicladores e recicladoras fazem um enorme trabalho para o meio ambiente da cidade de Porto Alegre e infelizmente são desrespeitados por projetos

higienistas, por governos que tratam as mãos de vocês como se fossem invisíveis, mãos que estão lá garantindo a destinação adequada dos resíduos. Nós achamos, Ver. Cláudio Janta, que falou em nome do Governo, muito importante o compromisso assumido pelo Governo na tribuna de hoje de que não haveria criminalização. Mas é preciso ir além, e eu quero concluir por aqui, é preciso tirar um calendário de votação do projeto e estender o prazo, botando na prática esse apoio à luta dos catadores e das catadoras. Nós, como Vereadores, sabemos que quando o Governo quer, em dois dias se votam leis aqui na Câmara de Vereadores; até em até 24h. Pode ser a lei do Ver. Marcelo Sgarbossa, que já tramita, pode ser outra legislação que, de forma conjunta, amplie o prazo, mas é necessário que haja essa garantia da extensão do prazo e não apenas uma vitória importante, o que nós reconhecemos da tribuna, graças à bela mobilização de vocês, mas é preciso ter garantias reais. Parabéns pela luta dos catadores e catadoras! Contem conosco.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCE nº 015/16, com Veto Parcial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereadores e Vereadoras, catadores e catadoras, obrigada pela presença, vocês são muito bem-vindos. Eu tenho certeza de que daqui está saindo um compromisso sério, e nós construiremos, Vereador-Presidente, com urgência, a votação do projeto que tira essa espada do pescoço de vocês, que trabalham com tanta penosidade para a saúde e o saneamento da nossa Cidade.

Entramos já, agora, na votação do Veto, Srs. Vereadores, e eu queria falar bastante sério, Ver. Cláudio Janta, com vocês, porque esse veto é estratégico para o tema da passagem, Ver.^a Fernanda Melchionna, que eu aqui já celebrei da tribuna e já falei da liderança de V. Exa. de termos pedido uma revisão na passagem de ônibus antes que ela sofra aumento. No final do ano, nós todos, aqui, avaliamos a prorrogação do ISSQN para as empresas de ônibus, lembram? O Prefeito Marchezan esteve conosco na reunião de Lideranças e disse que buscaria a bilhetagem eletrônica para poder controlar o sistema, Ver. Nedel. E nós fizemos uma emenda para que o recurso do sistema de transporte, que é um recurso público, nós consideramos que é uma receita pública, uma vez que o transporte é uma concessão, uma vez que inclusive o dinheiro da Carris, Ver. Wambert, o dinheiro que a Carris arrecada das viagens que ela faz vai primeiro para uma conta privada, que é a conta da ATP, depois é que a ATP paga a Carris, que é empresa pública. E eu dizia para o Ver. Camozzato que a Prefeitura fica com o ônus, porque, se a Carris estiver com déficit, quem é que tem que entrar com o dinheiro? A prefeitura! Não é, Ver. Maroni? Está entrando com R\$ 50 milhões, R\$ 60 milhões. E o bônus, que é o lucro dessa conta, eu não sei, eu não vou afirmar nem que sim nem que não, porque é uma conta que tem uma resiliência muito grande, tem uma sobra muito grande. Vou dar um exemplo, Ver.^a Laura, o empregador tem que pagar dez dias antes

para o trabalhador, no dia 31, estar com o seu vale-transporte carregado de passagens – dez dias antes tem que depositar na conta da ATP! Dez dias em que esse dinheiro vai ser aplicado, obviamente, no sistema, vai render juros! Ora, mas esses dez dias, depois, têm prorrogação de uma parte, porque o trabalhador não usa todo, ele vai um dia usar o carro, um dia ele não vai ao trabalho, então sempre tem um resíduo, no sistema, de recursos, e a ATP gira com isso no banco privado, sei lá qual o banco que ela escolheu. A nossa emenda diz que essa conta terá que ser uma conta pública em banco público que a Prefeitura possa controlar, e ela paga o sistema. A Prefeitura, a partir da verificação das viagens, das passagens pagas, das isenções, faz o pagamento. E aí pode girar com esse recurso, pode cobrir custos da Carris, eventualmente, pode reinvestir no sistema. Então esse é um instrumento fundamental na gestão. Ver. Pujol, o Prefeito acolheu a sua emenda. Essa mudança da bilhetagem tem dois anos para acontecer. A emenda foi aprovada, Ver. Wambert, o Prefeito não vetou. Então, Ver. Moises, a conta pública também terá dois anos para o Prefeito ir buscar. Poderá trabalhar com esse elemento como um elemento de gestão, como um elemento na mesa para discutir com um empresário. E eu lembro que esse veto foi feito no ano passado, ainda, pelo Prefeito Fortunati. O Prefeito novo já entrou, já são dois meses, já viu que o problema do ônibus é mais complexo do que ele imagina. Ele deverá ter muitas iniciativas para puder incidir, para que a passagem fique mais barata, para que a qualidade seja melhor. Então gostaria que esta Câmara derrubasse o veto e sinalizasse ao Prefeito Marchezan....

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Anuncio que o Ver. Cláudio Janta, em nome da Mesa e da Liderança do Governo, irá receber o documento que os catadores têm para nos entregar. Se mais algum Vereador ou membro da Mesa quiser acompanhar, poderá fazê-lo.

Em votação o PLCE nº 015/16, com Veto Parcial. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 015/16, com Veto Parcial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Só vou completar aqui. Gostaria que tivesse tido um pouco mais de debate. Gostaria que os Vereadores viessem aqui construir esse debate que, para mim, é estratégico sobre o tema transporte público. E quero lembrar vocês que, no sistema eletrônico, na possibilidade de exercício de mudança no valor da passagem, apareceu dado da Prefeitura afirmando que 8% - estava ali oito, eu achava que era menos – da composição da passagem está na administração dos recursos do Sistema. Então, isso também é um ganho. Se nós queremos baixar o valor da passagem, nós não precisamos retirar o salário digno dos trabalhadores do transporte público. Nós podemos, puxando a Câmara de Compensação para a Prefeitura; e esse gasto vai sair da passagem, gasto da administração da Câmara de Compensação. Por quê? Porque nós

temos equipe na EPTC, nós temos toda uma empresa de transporte público que tem lá seus economistas, seus técnicos, engenheiros. Redimensionando o quadro, nós podemos fazer a gestão da Câmara de Compensação. Ora, isso poderá ser reduzido do valor da passagem. Imagina que feito histórico o Prefeito Marchezan conseguir reduzir o preço da passagem pelo controle do sistema? E eu vou insistir, assessora Rosane – e não sei por que o nosso *banner* ainda não chegou -, são R\$ 3 milhões por dia que entram no sistema de ônibus na Capital. Sabem o que significam R\$ 3 milhões por dia, que receita é essa? Uma enorme de uma receita sobre a qual não temos controle público. Nós poderíamos, com o lucro, com o investimento dessa receita - multipliquem isso por mês e por ano... E mais: neste ano, o Prefeito Marchezan só vai fazer três passes livres. O passe livre equivale a um sábado ou um domingo, Ver. Cassiá, que dava a menos no sistema, R\$ 500 mil. Principalmente no domingo. Por quê? O valor é mais baixo. Durante a semana, a receita é R\$ 3 milhões por dia. Ora, se o Prefeito, Ver. Maroni, vai fazer, em vez de dez passes livres, só três por ano, ele vai poupar sete vezes R\$ 500 mil. Como isso vai mesmo sobrar no sistema? Quem vai se beneficiar com isso? Esse dinheiro vai entrar e não estava contabilizado. Dou alguns exemplos para tentar mostrar a vocês e pedir que venham ao debate, pois é muito importante que esta conta se torne uma conta pública, uma conta que o Prefeito tenha gestão, que o Prefeito possa, quem sabe, reinvestir no passe livre estudantil, Ver. Prof. Alex, porque o passe livre estudantil não tem fonte de financiamento, os recursos do Vou à Escola hoje são da SMED, a receita da educação paga o Vou à Escola no Ensino Fundamental, quiçá, se nós tivéssemos esse controle sobre o fundo público, pudéssemos financiar os nossos estudantes para irem gratuitamente para a escola. Então, só há boas perspectivas, Ver. Airto Ferronato, Ver. Paulinho Motorista, os nossos rodoviários disseram que podemos contar contigo. Vamos trazer esse dinheiro público para a conta pública, e vamos melhorar o sistema de ônibus.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE(Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 015/16, com Veto Parcial.

O SR. CASSIÁ CARPES: Quero saudá-lo, Sr. Presidente, saudar todas as Vereadoras, Vereadores, mas nós não podemos deixar a Ver.^a Sofia falar sozinha aqui. Este tipo de *banner* aqui, eu acho ilegal na Câmara. Se cada Vereador trouxer um *banner* para o plenário, vai virar uma banca isso aqui. Então, um pouco de seriedade nesses aspectos. E nós não estamos aqui falando do valor da passagem, vamos deixar bem claro, não estamos tratando do valor da passagem. Mas por falar em passagem, Ver.^a Sofia, o seu Prefeito, em São Paulo, bancou a passagem sem aumento e deixou um rombo de mais de R\$ 500 milhões. Ou seja, subsidiou passagem e deixou um rombo na prefeitura de São Paulo. Então, muita calma, vá com clama nesse ambiente, porque, senão, a senhora dá um discurso para a plateia, até porque o Governo Marchezan e nós estamos sendo coerentes aqui. Esse Veto é do Governo Fortunati, não é do Marchezan.

Então, estamos tentando ver uma coerência em alguns aspectos. Mas não estamos tratando, porque, senão pega a plateia aqui, mistura o carrinheiro com passagem de ônibus, num projeto que tem um veto do Prefeito anterior. É bom a gente dizer. Então, tem que ter muito cuidado, senão fica aquela demagogia sempre, colocando para as pessoas a inverdade, que não existem alguns projetos. Como foi o caso daquela votação aqui, disseram que os Vereadores estavam parcelando os salários, não era esse o contexto daquele projeto, era o contrário. Então, eu acredito que tem que ter muito cuidado, Ver. Cecchim, nós estamos sendo coerentes. O Prefeito se resguardando da sua prioridade, da sua Administração, que não é competência da Câmara, muitas vezes, fez um veto coerente e que nós temos que acompanhar. Temos que ter coerência no procedimento. No momento em que o novo Governo mandar alguma questão nesse sentido para a Casa, aí nós vamos analisar de novo: “olha, é válido, não é válido”. Mas o Governo Marchezan não está nesta jogada, nós estamos aqui aceitando ou não o veto do Governo anterior, Governo Fortunati. Então, está bem claro para nós dizermos isso aqui. Então, muito cuidado, porque, em seguida, em São Paulo, tem um rombo danado, quando a passagem ficou sem subir por um ano e agora tem um rombo lá de mais de R\$ 500 milhões que o Governo atual terá que desembolsar. Isso é uma demagogia. O que nós temos que ter é um valor de passagem razoável, Ver. Brum, que tenha melhoria nos ônibus, que tenha melhoria na frota, que tenha um acompanhamento da Carris em relação ao preço do óleo, dos pneus, etc. A Carris está para regular, que nunca regulou, e tem que começar a regular, sim, senhor! A Carris é a nossa empresa maior, que tem que ser valorizada, tem que dar lucro, tem que ter gestão. E a passagem tem que melhorar, subir pouco, é verdade, mas principalmente melhorar as condições para o cidadão andar de ônibus em Porto Alegre. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria deste Presidente, solicitando o desarquivamento do PLL nº 242/15.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 015/16, com Veto Parcial.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, normalmente, eu não me meto neste negócio de passagem até porque não entendo muito, mas tem algumas coisas, eu estava ouvindo atentamente o discurso do Ver. Cassiá Carpes, que se referiu ao veto que foi do Fortunati. Realmente, foi do Fortunati. Então, eu gostaria de perguntar, porque eu não entendi ainda, qual é a orientação do atual Governo. Se o veto é do Fortunati, o que o Governo atual pensa: é para manter o veto ou para derrubar o veto? Então, por favor, a Liderança do Governo que nos explique aqui. Depois do discurso do Ver. Cassiá Carpes, eu quero saber, qual é a orientação do atual Governo, se ele quer, se ele não quer, se ele quer se esquivar. Eu preciso saber para ter uma ideia. Eu tenho a minha convicção pessoal, mas eu preciso

saber, depois desse discurso, qual é a orientação do Governo? O Cassiá disse que isso é uma coisa do Prefeito Fortunati. Então, como mudou o Prefeito, qual é a orientação do novo Prefeito?

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 015/16, com Veto Parcial.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde. Objetivamente, rápido e rasteiro, nós vamos acompanhar, obviamente, o veto do Prefeito, da Administração. A Prefeitura continua sendo Prefeitura. Nós a recebemos com bônus e ônus.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLCE nº 015/16, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 07 votos **SIM** e 26 votos **NÃO**. Mantido o Veto Parcial.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: utor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0816/11 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 025/11, de autoria do Ver. Engenheiro Comassetto, que cria o Programa Municipal de Assistência Técnica à Moradia Social – Atemos –, revoga a Lei Complementar nº 428, de 23 de abril de 1999, e a Lei nº 9.939, de 19 de janeiro de 2006, e dá outras providências.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Luciano Marcantônio: pela manutenção do Veto Total.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigesimo dia: 02-03-17 (quinta-feira).

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLCL nº 025/11, com Veto Total. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL nº 025/11, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, para mim ficou muita clara a unidade do antigo governo com o novo governo. Todo mundo beneficiando as empresas privadas de ônibus! Que lamentável! Assumam a sua responsabilidade, com uma passagem cara e com a porcária de ônibus que temos na cidade de Porto Alegre! Eu quero deixar muito claro! Não há divergência nenhuma entre o novo governo e o antigo governo nesse tema de quem tem que lucrar com o serviço público essencial. Desculpem o meu desabafo, mas é revoltante! Uma oportunidade de prorrogar ISSQN e não tomar as rédeas do serviço público! Por favor! Coitada da população de Porto Alegre que pede socorro a esta Câmara Municipal! Fico me lembrando, quando eu era presidenta da Câmara, que eu fiz o projeto Câmara no Ônibus, e os Vereadores vinham aqui e diziam que era demagogia, porque a gente ia andar de ônibus e via o que passavam as pessoas, com um serviço muito mal prestado, nesta cidade de Porto Alegre, que dá muito lucro, mais de R\$ 3 milhões por dia! Que continuará na mão da ATP. No caso, agora, mais um veto, porque essa combinação do governo anterior com esse é demolidora, nada que beneficie a população passa nesta Câmara e, se passar aqui, não passa na caneta, lá no veto. É uma proposta muito simples de assistência técnica à moradia social, Ver.^a Margarete, Ver.^a Vera e Ver.^a Laura, por quê? Porque a nossa população mais pobre, trabalhadora, grande parte das suas moradias são irregulares. O Ver. Luciano Marcantônio trabalhou bastante tempo com o tema da moradia, sabe disso, é muito difícil construir processos de regularização fundiária, processos onde se busque a regularização da sua casa ou a comunidades, as cooperativas, e a proposição é simples, inclusive com a possibilidade de voluntários compondo uma equipe no DEMHAB, no Governo Municipal, de várias secretarias para assessorar, dar assistência técnica para fim de moradia social, destinar, disponibilizar às famílias de baixa renda assistência técnica pública, gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social com base na Lei Federal nº 11.888. E aí tem uma série de requisitos ou de critérios, a renda é de até três salários mínimos, portanto, é para famílias com baixa renda mesmo, dentro dos critérios Minha Casa, Minha Vida. Eu imagino que o veto tenha razões puramente técnicas, de vício de origem. [Aqui diz] A proposição está sob o espectro da competência legislativa municipal, sua interferência consiste na quebra de harmonia e divisão de competências entre o Legislativo e o Executivo, dando deveres ao Executivo. Esse é o problema que veta. A iniciativa do Vereador é um problema de se imiscuir no que seria só do Executivo. Para que serve este Legislativo? Acho que a população de Porto Alegre tem que se perguntar: para que serve uma Câmara de Vereadores, um Legislativo, se não pode nada? Não pode dar sugestão nenhuma, não pode criar programa nenhum, não pode criar percentual, não pode criar critério, não pode nada, tudo é o Executivo. Para quê? Feche-se o Parlamento. Eu acho que temos que pensar no nosso brio, nós temos que pensar no nosso caráter plural, proporcional que esta Casa tem, representativo, de todas as nuances partidárias, visões políticas de

cidade. Se nós concordarmos que é isso mesmo, que o Executivo decide, acabou a democracia em Porto Alegre, até porque a votação majoritária é de uma parte da população que leva o todo, inclusive o atual Prefeito perdeu para os votos brancos e nulos e tiveram outras candidaturas importantes. Então, ele representa uma parte, não vai poder governar de forma absoluta. Se nós entendermos que qualquer argumento técnico que diga simplesmente que é prerrogativa do Prefeito, tudo bem, nós não vamos fazer nada? Terminou a nossa função e o respeito que a Cidade tem por nós.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLCL nº 025/11, com Veto Total.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Saúdo a todos. Hoje serão sempre objetivas e rasteiras as respostas em respeito aos contribuintes. Sim, a resposta é tecnicamente sim, Ver.^a Sofia Cavedon. A gente tem parecer da Comissão de Constituição e Justiça, por óbice jurídico, é uma iniciativa que tem que ser do Executivo e também ofende o princípio constitucional. O veto é tecnicamente. Sobre o que a Ver.^a Sofia falou antes, também é questão técnica, pois esta Casa tem uma Comissão de Constituição e Justiça, tem uma Procuradoria; nós fazemos um juramento quando somos empossados aqui para defender a Lei Orgânica deste Município. Sim, são tecnicamente com óbice jurídico e quero deixar claro, Ver.^a Sofia que, participando das discussões, inclusive com membros da bancada da Oposição, com a Fernanda Melchionna, o Robaina, o Prefeito Marchezan já solicitou formalmente a participação pública nas contas do transporte público, bem como também estranha virem outras pessoas aqui dizer e se intitular autores da participação do Tribunal de Contas na questão da tarifa do ônibus, porque essa Administração, Presidente Cassio Trogildo, desde o primeiro dia, convidou e pediu para o Tribunal de Contas, que venha acompanhando todas as fases da tarifa de ônibus. Então, só para responder, sim, é tecnicamente que nós acompanhamos o veto do Executivo, por ser uma competência do Executivo e de nenhum Vereador desta Casa.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cássia Carpes está com a palavra para discutir o PLCL nº 025/11, com Veto Total.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; acho que tem alguns assuntos que entram por parte dos discursos que não fecham com a realidade. A Ver.^a Sofia Cavedon sempre vem aqui e fala o que ela bem entende, o que vem à cabeça ela larga. Quero lembrá-la de que da população, Sofia Cavedon, que votou na última eleição, 90% não votou no seu candidato, não votou no PT. A rejeição de vocês, portanto, se é essa a sua lógica, foi de 90%, ou seja, vocês

fizeram em torno de 10%, uma rejeição astronômica pelas más administrações que vocês fizeram.

Quero lembrar também ao Ver. Cecchim que nós acabamos votando todos juntos, e entendemos que, naturalmente, a Câmara, às vezes, interfere demais no Executivo. Cada um tem as suas prerrogativas. Eu vejo aqui, por exemplo, muitos projetos, Ver.^a Sofia Cavedon, de modificação do Plano Diretor. Eu tenho muita sensibilidade nesse aspecto de mexer no Plano Diretor, é uma questão muito técnica. Tem que fazer audiência pública, tem que ter os técnicos, portanto, não é muito uma questão política, embora a Câmara tenha as suas prerrogativas de ajudar. Então, com coerência, vamos manter esse Veto, conforme apregoaram as comissões e o Prefeito. A linha do Marchezan, quero deixar bem claro aqui que eu não sou Líder do Governo, mas o dia em que o Marchezan tiver alguma ideia sobre ônibus, sobre Plano Diretor, mandará para esta Casa, e nós vamos analisar: sim ou não, vale ou não vale; logo, não vamos misturar as coisas. Aqui são geralmente vetos do Prefeito anterior, que nós até estamos acompanhando, porque sentimos que é coerente nós acompanharmos. Temos que respeitar a individualidade dos Vereadores, a legalidade da Câmara. Não podemos, a qualquer momento, pular para um lado político, se é do Governo, se não é do Governo.

A Ver.^a Cavedon é a que mais usa a tribuna do PT e, às vezes, os argumentos são pífios, inócuos, sem raciocínio, só com crítica por crítica, essa é a forma que ela sempre fez aqui na Casa, porque eu a conheço desde 2000. Tinha outros Vereadores também brabos que não se elegeram. O Ver. Comassetto, que é um bom Vereador, com toda essa política de luta dele, não conseguiu se eleger. E foi um bom Vereador, mas, às vezes, errava nesses princípios da radicalização. Era muito radical. Naturalmente, a população não quer só raiva; quer razão, quer analisar a Cidade como um todo. E é por isso que a Câmara de Vereadores, com certeza, vai ajudar a mudar a Cidade. Sem radicalismo, sem raiva, sem preconceito. É nesse sentido que nós atuamos. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLCL nº 025/11, com Veto Total.

A SRA. LAURA SITO: O veto, por vício de origem, a esse projeto apresentado pelo Ver. Eng^o Comassetto, ele ignora a realidade do Município de Porto Alegre com a complexa situação de regularização fundiária que nós temos em diversas partes da Cidade. Esse projeto dialoga com uma necessidade real, porque, se nós olharmos as diversas regiões, nelas temos moradias não dignas com pessoas em condições de habitação que não garantem a mínima dignidade humana da sua subsistência, da sua condição digna de moradia. Por mais que possa ter vício de origem, esta Casa tem a pluralidade necessária para poder fazer o debate e compreender se é razoável que se faça o veto simplesmente por esse motivo ou se a matéria tem

razoabilidade na sua apresentação. Portanto, o Ver. Cassiá Carpes diz que a Ver.^a Sofia fala simplesmente por falar e para fazer demarcação, porém faz o mesmo, e eu não ouvi, pelo menos, de nenhuma forma, nenhum argumento que fizesse sentido pela manutenção desse veto. Não ouvi nenhuma argumentação sobre o mérito da matéria. Eu acho que esse é o debate que deveríamos fazer, porque tenho certeza de que a população da Cidade mais carente, inclusive, é quem necessita dessa assistência com relação à moradia.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Margarete Moraes está com a palavra para discutir o PLCL n° 025/11, com Veto Total.

A SRA. MARGARETE MORAES: Ver. Cassio Trogildo, Presidente, Vereadoras e Vereadores, eu acho que a humanidade, às vezes avança, como eu falei ontem, e às vezes retrocede. Então, às vezes, a esquerda vai mais para frente, às vezes, a direita. Muitos de nós não se elegeram. Eu quero lembrar que quando o Governador Tarso ganhou a eleição, muitos não se elegeram. Acho que o próprio Cassiá Carpes era candidato a Vice-Governador e não se elegeu – isso não tem nenhum demérito para o Vereador, assim como para nenhum de nós. Mas quero, sobretudo cumprimentar a Ver.^a Sofia Cavedon e o Ver. Eng^o Comassetto, autor desta matéria, um grande Vereador que não se elegeu desta vez, pela ideia deste Projeto que guarda alguma identidade com os carrinheiros que estavam aqui hoje e que me emocionaram muito - por exemplo, o seu Antonio, um líder comunitário. Eles não têm culpa por terem nascido pobres e não podem viver sem o seu trabalho. Eles fazem um trabalho digno, que limpa a Cidade, que carrega o nosso lixo, que ajuda a reciclar e deixar o ambiente mais saudável em Porto Alegre. Agora, se simplesmente ficarem desempregados, vai criar uma horda de desempregados, de miseráveis - isso aumenta a violência. Hoje, Porto Alegre é uma das Cidades mais violentas do Brasil.

Nesse caso, é um projeto muito simples e sincero, porque apenas pretende oferecer assistência técnica à moradia social, pretende oferecer formação, ensinar, dar conhecimento, para que eles exerçam seu ofício e sobrevivam dele com toda a dignidade. É uma das obrigações do Executivo e do Legislativo trabalhar com essa ideia. É um projeto transparente, republicano, que enxerga todas e todos e oferece possibilidade, sim, de emprego e renda para os mais pobres, bem como a repartição dos recursos públicos para as pessoas que mais precisam nesta Cidade.

Então, não adianta apenas ser técnico, Ver. Maroni, apenas seguir a regra, e a Cidade ficar cada vez mais violenta, mais escura, mais difícil, mais feia e muito mais suja. Ontem, fomos a uma exposição de arte no Centro Cultural CEEE Érico Veríssimo; de lá fomos ao MARGS, onde havia outra exposição de arte. Eu nunca vi a Praça da Alfândega tão suja, tão podre, com lixo todo esparramado, algo que nunca aconteceu em Porto Alegre; por isso que nós vamos votar “sim”. E quero cumprimentar, mais uma vez, o Ver. Eng^o Comassetto e a nossa querida Líder, Ver.^a Sofia Cavedon, uma

guerreira, que, na Semana da Mulher, ela sempre diz a que veio e é muito bem reconhecida nas urnas, se esse fosse o único critério. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal o PLCL nº 025/11, com Veto Total. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 08 votos **SIM** e 27 votos **NÃO**. Mantido o Veto Total.

O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito as transferências das discussões do PLL nº 029/15, com Veto Total; do PLL nº 247/15, com Veto Total; e do PLL nº 257/15, com Veto Total, para a próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Aprego a Emenda nº 03, de autoria da Ver. Comandante Nádia, ao PLL nº 010/14.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver.^a Comandante Nádia, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 010/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0347/16 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 027/16, de autoria do Ver. Delegado Cleiton, que cria a Política de Prevenção e Combate ao Mosquito Transmissor da Dengue, do Vírus Zika e da Febre Chikungunya na Educação, inclui no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a efeméride Dia D de Prevenção e Combate ao Mosquito Transmissor da Dengue, do Vírus Zika e da Febre Chikungunya na Educação e dá outras providências.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Rodrigo Maroni: pela rejeição do Veto Total.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;

- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigesimo dia: 02-03-17 (quinta-feira).

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 027/16, com Veto Total. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 09 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**. Mantido o Veto Total.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0365/16 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 029/16, de autoria do Ver. Delegado Cleiton, que cria como marca de identificação e procedência o Selo Cerveja Artesanal de Porto Alegre, inclui a efeméride Semana Municipal da Cerveja Artesanal – Festa da Cerveja Artesanal no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na segunda quinzena do mês de outubro, e dá outras providências.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela manutenção do Veto Total;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela manutenção do Veto Total;
- da **CECE**. Relator Ver. Matheus Ayres: pela manutenção do Veto Total;
- da **CEDECONDH**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela manutenção do Veto Total (empatado).

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigesimo dia: 02-03-17 (quinta-feira).

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 029/16, com Veto Total. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 04 votos **SIM**, 22 votos **NÃO** e 05 **ABSTENÇÕES**. Mantido o Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência da discussão do PLL nº 136/14, com Veto Total, por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência da discussão do PLL nº 054/16, com Veto Total, por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação Requerimento do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 3789/11 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 207/11, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que obriga os órgãos e as entidades dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais a destinarem no mínimo 20% (vinte por cento) da verba reservada à publicidade oficial para a publicação de obras, anúncios, editais, programas, serviços e quaisquer campanhas de interesse público em jornais alternativos e em rádios comunitárias.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela manutenção do Veto Total.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigesimo dia: 02-03-17 (quinta-feira).

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 207/11, com Veto Total. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 207/11, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Este projeto é do Ver. Engº Comassetto também. Como ele não vai assumir no próximo período, já vamos dialogar com esta Casa. O Vereador propôs, e esta Casa aprovou, que 20% da verba reservada à publicidade oficial para publicação de obras, anúncios, editais, programas, serviços e quaisquer campanhas de interesse público seja aplicada em jornais alternativos ou rádios comunitárias. É uma ideia antiga, que aqui já se discutiu muitas vezes, já houve outras iniciativas, o Ver. Oliboni, se aqui estivesse, faria defesa porque ele propôs na Assembleia Legislativa e aprovou uma lei nesse sentido, só que lá aprovou como indicação, como autorização ao Executivo. Como nós não temos mais aqui autorizativos, o Vereador aprovou a regra. Parece-nos que tem base na legislação federal essa ideia de que haja um investimento na pluralidade da produção e da veiculação da informação, que está na Constituição Federal, que inclusive veta monopólios. Ora, se isso é um princípio constitucional, imagina o que deve se fazer decorrendo disso com recurso público, com recurso orçamentário. É uma burla à Constituição apenas utilizar os grandes jornais, as rádios de grande penetração. Na verdade, temos muitas situações de pequenos jornais, jornais de bairro, rádios comunitárias, que têm muita dificuldade de sobreviver, e acaba a Prefeitura não utilizando os seus recursos para que, mais próximo do cidadão, inclusive se possa fortalecer esses jornais alternativos. Se estabelecermos essa regra, como é a proposição do Ver. Engº Comassetto, que é o desejo dos jornais comunitários desta Cidade, nós criamos uma possibilidade mínima de democratização da verba pública para a comunicação pública, criamos possibilidade do menor preço, menor custo para os próprios anunciantes do bairro poderem veicular os seus produtos, porque esta é uma característica muito bonita do jornal de bairro. Aquela loja de *pet*, moda, supermercados que anunciam nos jornais de bairro, que são anúncios mais baratos, mais acessíveis, falando com a comunidade do entorno. Porque é muito difícil de os pequenos e médios comércios de bairro fazerem propaganda num grande jornal de circulação. O valor é muito grande e levaria o lucro, quiçá, do mês. Então tem um sentido social muito importante que a verba pública fortaleça a comunicação comunitária, a rádio comunitária e o jornal de bairro. Esse é o sentido. Não compreendo por que o Prefeito vetou. Eu agora até não sei se foi o anterior ou esse, mas não importa. Importa é que a Câmara aprovou e foi por voto favorável de maioria absoluta. Portanto, peço a esta Casa que continue aprovando a democratização da comunicação.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Margarete Moraes está com a palavra para discutir o PLCL nº 207/11, com Veto Parcial.

A SRA. MARGARETE MORAES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, de novo, trata-se de repartição de recursos de uma verba oficial que não pertence a um governo, não pertence a um presidente, mas à população. Porque hoje existe uma situação muito difícil no jornalismo, Ver. João Bosco Vaz. Há muitos jornalistas excelentes que estão desempregados. E há a grande mídia que vai continuar com 80% das verbas, o que é muito interessante. Mas a gente sabe aquilo que a Sofia falou, que a vida acontece de maneira descentralizada, acontece nos bairros, próxima ao local de moradia das pessoas que têm uma vida mais comunitária. Então essa é uma ideia de trabalhar com o acesso à informação independente de classe social, de cor da pele, de local de moradia, para as pessoas terem mais acesso às informações. Isso diz respeito à diversidade cultural, que é uma riqueza, um valor no Brasil, um País que foi composto pelos indígenas, pelos europeus, depois chegaram os africanos. Então trata-se de um ganho, de um valor, do direito a ter acesso a toda forma de expressão, de maneira livre. É uma cláusula pétrea da Constituição a liberdade de expressão. E cada pessoa pode ler ou ouvir ou conhecer o jornal, a rádio ou a tevê da grande mídia, que, às vezes, se torna uma tevê oficial, porque trabalha direto com os governos, mas vai ler uma alternativa e vai processar isso e vai formar uma opinião própria; pode concordar ou discordar.

Também atua, como eu disse no início, com muitos jornalistas recém-formados, que não têm a menor possibilidade de trabalho, e apenas 20% desta verba vai ser repartida com os jornais alternativos, que são muito ricos e valorosos.

Nós defendemos esta ideia. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCL nº 207/11, com Veto Total.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu só venho aqui para reiterar uma posição que quero deixar grifada: sou contra dinheiro público em publicidade. Disse isso mais de uma vez. Não me importa se é pequeno jornal, se é grande jornal, se é grande mídia. Eu tenho esta posição desde o dia em que li um material do Roberto Mangabeira Unger, que se chama “A segunda via: futuro e presente do Brasil”. Ele fala que, enquanto há tantas outras necessidades, como a medicina, Thiago, em que a gente botar dinheiro, os governos aplicam dinheiro em publicidade. E agora os Vereadores estão propondo que haja uma divisão desses pães, que a grande mídia não fique, mas eu sou contra. Sou contra a forma como é e sou contra também esta divisão. Sei que tem jornalista desempregado, sei que tem muita gente desempregada, infelizmente. As estimativas, hoje, nos dão conta de que temos 25 milhões de desempregados no Brasil. É terrível. Conforme o que foi noticiado anteontem, desde que começaram a ser medidas as séries históricas, em 1901, o Brasil nunca tinha vivido uma crise como a que está vivendo agora. Aquela pequena

marolinha, na verdade, foi um tsunami que está nos levando a todos de roldão. Então, eu defendo isso por princípio.

Mas quero aproveitar – Ver. Cláudio Janta, peço que o senhor, que é Líder do Governo, transmita ao Governo – e quero me dirigir aqui especialmente à Bancada do PP, me dirigir ao Ver. Nedel, à Ver.^a Mônica, Ver. Cassiá Carpes, eu, ontem, fiquei muito chateado, porque eu pego o jornal, o clickRBS, e tem uma notícia dizendo que eu teria dito que o ex- Secretário Carlos Fett foi me fazer pressão para que eu levantasse um embargo. O jornalista, ainda na segunda-feira, me perguntou aqui e eu disse a ele textualmente: “Eu não posso dizer isso!” O que eu posso dizer, e o que eu repito, é que, num determinado dia, eu recebi uma ligação telefônica de um amigo, colega de Governo, que me pediu uma agenda. Eu disse: “Te recebo amanhã. Que horas fica bom? Quatro horas está bem?” Eu o recebi e ele veio acompanhado de uma pessoa que eu não conhecia, que eu não sabia que viria junto. Ele foi cordial e educado, como sempre foi, e me fez elogios a respeito dessa pessoa e passa a palavra a ela, que eu não conhecia, que era o tal de Sr. Faustino, que, muito incomodado e muito incisivo, me perguntou por que é que a Secretaria tinha ido lá na casa dele fazer o seu dever. E eu disse a ele: “Olha, eu recebi uma senhora aqui - como recebo a todos -, ela me fez uma queixa, eu a orientei que registrasse no 156, que me avisasse o número do protocolo que eu iria mandar fazer a ação fiscal.” De fato, foi feita a ação fiscal. Poucos dias depois, a mesma senhora me liga e me diz que “andaram” para a ação fiscal, que a obra continuava. Eu mandei novamente a fiscalização lá e foi feita uma segunda autuação. E aí ele, muito incomodado, queria saber por que estavam fiscalizando a dele e não estavam fiscalizando outras, por que tinha que parar? Eu disse: “Olha, o senhor se defenda no processo. Se o senhor está inconformado com isso, o senhor diga isso no processo e o senhor regularize o seu imóvel.” E assim procedeu. E o Carlos Fett – justiça seja feita – nunca me pediu, naquele momento, que fizesse nada irregular. E disse isso. A única coisa que o Carlos Fett fez, talvez por voluntarismo, foi ter me trazido a pessoa, mas não pediu nada irregular. A pessoa, sim, foi incisiva comigo. E agora eu cobre do jornalista, porque isso é como as penas no campanário da igreja: depois de espalhadas ao vento, não retornam mais. E obviamente que as pessoas ficam chateadas. E eu disse ao Carlos Fett que inclusive estou à disposição dele, se for o caso, para depor em juízo. Porque não disse. E agora cobre do jornalista e ele me disse o seguinte: “Ah, não fui eu que fiz a linha auxiliar [que é a manchete]. Eu fiz o texto e não fiz a manchete”. Eu disse: “Bom, mas a manchete não pode estar descolada do texto”. E nem sabia que acontecia isso, Mônica, que quem faz a manchete é o editor e não o jornalista. Porque a matéria jornalística do José Luís Costa é fidedigna. O que não é fidedigna é a manchete que foi lançada lá em cima.

Então, já que estamos falando em mídia, imprensa, comunicação, publicidade, eu queria aproveitar que o colega Ver. André Carús acabou usando o tempo do Partido, e muito bem usado para fazer esse esclarecimento e dizer isso à Bancada do PP e, de público, ao colega Carlos Fett, que ele nunca se dirigiu a mim em nenhum tipo de petição, de requerimento, de pleito que estivesse em desacordo com a legislação municipal. E, quando eu os recebi, eu os orientei que o procedimento era

fazer o recurso administrativo, contratar o arquiteto ou acionar o seu arquiteto para fazer a regularização, e assim foi feito...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLL nº 207/11, com Veto Total.

O SR. DR. THIAGO: Eu vou falar do projeto. Eu quero dizer que eu vou manter a coerência. Eu votei neste projeto pela sua aprovação. Eu brincava com alguns problemas técnicos do projeto, mas eu tenho que reconhecer, por coerência e por correção, mesmo sendo do Ver. Engº Comassetto, que foi um projeto bem construído. E todos aqui sabem das minhas divergências com o Ver. Comassetto, mas eu tenho que reconhecer que este projeto foi bem construído. Foi construído através de consulta com os meios de comunicação de bairro, foi discutido com os jornais de bairro, foi discutido com a mídia de bairro, com a pequena mídia da Cidade, e ele deve ser valorizado, sim. Eu acho que, talvez de uma forma impositiva, alguns dirão: mas essa talvez seja a única forma de se poder valorizar adequadamente essas mídias que em alguns momentos são as únicas que cobrem a Câmara. Ver. Dr. Goulart, notícia ruim, eles correm. Notícia ruim de cada um de nós e do Parlamento, a grande mídia está cansada de colocar. Coloca cada dia. Sempre que tem a mínima oportunidade, a grande mídia detona esta Casa. Tem jornalista em jornal da manhã que vai para a imprensa, para o seu grande veículo de comunicação, dizer, por exemplo, que, se a determinação da passagem de ônibus vier para esta Casa, a Cidade vai ter problema. Tem jornalista que faz isso! Tem outra jornalista que foi até o seu veículo de comunicação, para não ficar em um só, e o Ver. Bernardino na sessão plenária do ano anterior, do outro, veio a esta tribuna e disse as palavras, que essa senhora disse, de baixo calão. Então, se nós, por meio de uma ação direta, não conseguirmos utilizar essa possibilidade que a gente tem de poder até, para alguns, de uma forma um pouco engessada, de forma um pouco mais enérgica, mas se nós não fizermos a estimulação dessas situações de bairro, dificilmente elas ocorrerão. Dificilmente um jornal xyz do bairro xyz vai ter condições de avançar, vai ter condições de sobreviver. E esses jornais, esses veículos, essas mídias são muito importantes para as comunidades, assim como é a questão do Esporte, que o Ver. João Bosco Vaz, por tantos anos, fez de forma tão brilhante, fomentando os esportes, Ver. Tarciso, V. Exa que conhece tão bem, fomentando os esportes nas comunidades, de forma descentralizada. Então, vou votar coerentemente, como votei antes, pela aprovação do projeto. Acho que é um equívoco vetar um Projeto como esse, que não é um projeto impositivo, mas sim um projeto que sugere ao Executivo e também ao Parlamento Municipal uma forma de fomento dessa mídia tão importante para as comunidades e para a Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal o PLL nº 207/11, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 14 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**. Mantido o Veto.

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Presidente, solicito transferência da discussão do PLL nº 067/14, com Veto Total por duas Sessões e que seja o último a ser apreciado na próxima quinta-feira, pela sinalização que o Líder do Governo, para minha alegria, fez, de que estava construindo uma possibilidade de dialogar sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 16h35min): Encerrada a Ordem do Dia. Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2358/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 231/16, de autoria do Ver. Dr. Thiago e outro, que declara como Área de Preservação Permanente (APP) parcela da propriedade situada na Estrada Retiro da Ponta Grossa, 4102.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0310/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 015/17, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que determina a utilização, preferencialmente, de energia solar para o funcionamento de semáforos no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0520/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 040/17, de autoria do Ver. Dr. Thiago e outros, que revoga a Lei nº 12.193, de 5 de janeiro de 2017, que proíbe a concessão de Alvará de Localização e Funcionamento e de Autorização para o Funcionamento de Atividade Econômica, bem como de qualquer outra modalidade de licença municipal, para estabelecimentos que fabriquem ou comercializem fogos de artifício no Município de Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Presidente Cassio Trogildo, na pessoa de V. Exa. cumprimento demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara. Senhoras e senhores, me permitam fazer aqui uma saudação ao nosso sempre Conselheiro Tutelar Elton Fraga, que abrilhanta os trabalhos nesta Sessão, acompanhando nossa tarde de trabalho intensa. É um debate a respeito dos vetos. Me inscrevi aqui hoje porque, cumprimentando V. Exa., Ver. Cassio Trogildo, acho muito oportuno esse projeto de lavra do Sr. Presidente, que diz respeito à utilização preferencial de energia solar para o funcionamento de semáforos em Porto Alegre. Quero dizer que, quando Secretário do Planejamento, na oportunidade, e de 2009 a 2012, nós criamos um programa de planejamento energético municipal. Tudo aquilo que diz respeito ao meio ambiente e ao aproveitamento das energias renováveis, e tudo aquilo que, de uma forma ou de outra puder incluir no diálogo propositivo e na agenda positiva na Cidade. No aproveitamento de energias renováveis, e essa pauta da sustentabilidade, ela está sendo debatida aqui no Parlamento, eu acho muito relevante e oportuno. Às vezes, parece uma coisa singela, será que nas sinaleiras nós vamos ter uma economia considerável, significativa, ou não? Eu acho que não importa, o que importa é esse movimento de uma adequação naquilo que é possível. E a gente tem visto, hoje em dia, na Cidade já algumas situações com esse tipo de iniciativa – e eu quero dizer que alguns dos equipamentos que dizem respeito à utilização da energia solar são os tótems das bicicletas. Essas bicicletas que em vários pontos, acompanhando as ciclovias, e que hoje, no meu entendimento, representam uma qualificação do espaço urbano coletivo da Cidade, com a utilização das ciclovias, que aliás as bicicletas são um dos meios de transporte mais utilizados no mundo, e que hoje estão presente na nossa Cidade. Talvez, não como nós gostaríamos, mas dentro da possibilidade, porque Porto Alegre tem 44 morros, e não é em qualquer situação, em terreno acidentado, é que vai se dar de bicicleta, mas nas partes planas da Cidade é relevante e importante. E nos totens ali a gente já percebe uma painelzinho de energia solar que sustenta ali o sistema de retirada das bicicletas via telefone celular, enfim. Então, eu acho muito oportuno que a gente possa trazer para o debate essa pauta. Inclusive, nós fizemos um caderninho de dicas, às vezes, é aquele carregadorzinho do celular que fica na tomada sem estar carregando; desde o chuveiro elétrico; a questão do ar-condicionado; a iluminação hoje de LED, já presente aqui na Casa, inclusive, Vereador. Então, quero dizer que através da Escola do Legislativo. Com muita honra, quero dizer que, junto com o Ver. Professor Wambert, estamos com essa responsabilidade. Nós queremos trazer também para a pauta da Escola do Legislativo esta questão da sustentabilidade, das energias renováveis, de um planejamento energético municipal, que inclui aqui também esta iniciativa do Ver. Cassio Trogildo, porque hoje nós temos um relógio para cobrar a luz de cada semáforo em Porto Alegre. E se nós fizermos um montante, eu acho oportuno, num segundo momento, que nós possamos trazer, inclusive, para o debate das Comissões, a EPTC, para nos trazer, mais um menos, um quadro de quanto representa de economia para a Cidade essa iniciativa, Ver. Cassio Trogildo. Porque, num primeiro momento, pode parecer que ela tem um custo, que precisa ser instalado o painel, mas, a médio e longo prazo, ela pode representar uma economia importante. Mais do que isso, ela escreve

uma página importante na história da Cidade, quando se passa a olhar, a priorizar e a colocar, como falei aqui, na agenda positiva da Cidade, as questões de energias renováveis, um planejamento estratégico sobre sustentabilidade e essa preocupação com o meio ambiente que passa a integrar a pauta positiva da agenda da Câmara. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós temos hoje três projetos de lei que estão cumprindo, um deles, o primeiro dia de Pauta, e os dois outros, respectivamente, o PLL nº 015/17 e o PLL nº 040/17, o segundo dia de Pauta. Em que pese o projeto da APP, proposto pelo Ver. Dr. Thiago, merecer minha maior atenção, como ele cumpre o seu primeiro dia de Pauta, eu fico com a oportunidade de, sobre ele, me manifestar oportunamente. Restrinjo-me, de um lado, à proposta de V. Exa., Ver. Trogildo, que determina a utilização preferencial de energia solar para o funcionamento do semáforo no Município de Porto Alegre. Eu sou obrigado a confessar que nesta matéria sou absolutamente leigo. Desconheço esse potencial e essa possibilidade técnica. Mas, evidentemente, se tecnicamente for possível, acho que é um caminho novo que se abre. Hoje, o mundo inteiro busca fontes de energia alternativa, na medida em que se procura substituir tipos de energias que comprometem, inclusive, o meio ambiente. Nesse particular, temos dificuldades muita sérias, que são as restrições que se faz para o funcionamento de usinas hidroelétricas movidas a carvão. O Rio Grande do Sul e Santa Catarina são as duas únicas unidades da federação que utilizam e têm um complexo carboquímico muito forte na parte energética. Obviamente, eu não desconheço que o Rio Grande do Sul tem feito um investimento muito grande em energia eólica e, se hoje não existe um maior número de equipamentos para energia eólica, é porque se atrasou no País a transmissão dessa energia produzida. A Eletrosul, que detém o projeto de fazer as linhas de transmissão dessa energia, confessadamente, se encontra em dificuldades e muito atrasada com o projeto de instalação das linhas de transmissão. Então, Ver. Cassio, além da minha surpresa agradável em ver um projeto desse porte entrar em discussão, quero, antecipadamente, me comprometer a me aprofundar nessa matéria. Obviamente, havendo a possibilidade de a levar adiante, V. Exa. vai contar com um aliado nesse particular.

Da mesma forma, digo ao Ver. Thiago que ele não desconhece e nem os demais Vereadores que firmaram a proposta de revogação da Lei nº 12.193/17, diz que essa é uma daquelas tantas leis aprovadas no apagar das luzes de uma legislatura, onde algumas coisas equivocadas, pelo desejo em não ferir alguns colegas nossos que tenham o mandato em extinção, acabam sendo aprovadas e, mais tarde, provocam uma reflexão mais aguda, mais profunda e se verifica do equívoco. Eu tenho certeza de que fui um

dos que participou do equívoco e quero dele me penitenciar, e a proposta coordenada pelo Ver. Thiago, e acompanhado por inúmeros Vereadores da Casa, atende a essa particularidade. Por isso, vamos trabalhar no sentido de que essa matéria tramite com a celeridade devida, nem em demasia, nem monotonia, e com isso, nós possamos, num curto prazo, vermos revertida essa situação e abrindo espaço, inclusive, para se for o caso, tratarmos dessa matéria, fogos de artifícios, comercialização em Porto Alegre, de forma mais adequada, Da forma como está redigida as pessoas só não podem comprar em Porto Alegre, podendo comprar em Viamão, Alvorada, Canoas, na praia, em qualquer lugar e utilizá-los de qualquer forma. Temos que cuidar, todo o processo, desde a produção até o destino final e não de forma superficial, como foi tratado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h47min.)

* * * * *